

Antíteses
Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social

A invasão de 1989 e a exceção panamenha na globalização[1]

Fabio Luis Barbosa dos Santos[I]

Resumo: Este artigo examina as causas e consequências da última invasão militar dos Estados Unidos na América Latina na Guerra Fria, ocorrida no Panamá em 20 de dezembro de 1989. Embora considerações de natureza doméstica tenham sido decisivas para Washington, nossa hipótese é que a invasão produziu um choque conducente a um reordenamento político e econômico do Panamá nos marcos da globalização. Argumentamos que, mais importante do que a abertura da economia e a implementação de reformas neoliberais, foram as consequências políticas deste reordenamento. Ao encerrar o parêntese militar aberto pelo golpe liderado por Omar Torrijos em 1968, a invasão restituiu um padrão de dominação oligárquica estável, sobre o qual se assentou o extraordinário crescimento do país. Mais do que um padrão de dominação política sob a égide neoliberal, a hegemonia oligárquica implica uma naturalização das formas sociais irradiadas pelo transitismo, entendido como uma economia orientada em função do trânsito interoceânico e das atividades que dele derivam, enquanto a subordinação aos Estados Unidos se reatualizou. Decorrente de uma condição geográfica singular, o êxito econômico panamenho confirma pelo avesso o caráter excludente da globalização, pois está referido a uma excepcionalidade que, por definição, não é replicável.

Palavras-chave: Panamá; Estados Unidos; invasão; neoliberalismo; globalização.

Grande área: História

Área: História Contemporânea; História da América Latina; História dos Estados Unidos

I Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Professor da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5493-9633 E-mail: fabio.luis@unifesp.br

DOI: 10.5433/1984-3356.2026v19.52659

The 1989 invasion and the Panamanian exception in globalization

Abstract: This article examines the causes and consequences of the last US military invasion of Latin America during the Cold War, which took place in Panama on 19 December 1989. Although domestic considerations were decisive for Washington, our hypothesis is that the invasion produced a shock leading to a political and economic reordering of Panama within the framework of globalisation. We argue that more important than the opening up of the economy and the implementation of neoliberal reforms were the political consequences of this reordering. By closing the military parenthesis opened by the coup led by Omar Torrijos in 1968, the invasion restored a pattern of stable oligarchic domination, on which the country's extraordinary growth was based. More than a pattern of political domination under the neoliberal aegis, oligarchic hegemony implies a naturalisation of the social forms radiated by transitism, understood as an economy oriented towards inter-oceanic transit and the activities that derive from it, while subordination to the United States has been updated. As a result of a unique geographical condition, Panama's economic success confirms the exclusionary nature of globalisation in reverse, as it refers to an exceptionality that, by definition, cannot be replicated. Keywords: Panama; United States; invasion; neoliberalism; globalization.

Broad area: History
Area: contemporary History; History of Latin America; History of the United States

Introdução

Último país da América Latina a conquistar sua independência, a afirmação da identidade nacional panamenha no século XX esteve marcada por um paradoxo. A intervenção dos Estados Unidos foi decisiva na origem do país, que se separou da Colômbia em 1903. Ao mesmo tempo, a construção do canal interoceânico e a conformação de um enclave estadunidense constituíram a matéria-prima do nacionalismo panamenho (Araúz, 2004; Manduley; Valenzuela Feijóo, 2009, p. 20). Nos anos 1960, enquanto a América do Sul experimentava ditaduras antinacionais e antipopulares, o regime militar liderado por Omar Torrijos implementou um projeto nacional desenvolvimentista com respaldo popular, culminando em 1977 em um tratado que reconheceria a soberania panamenha sobre o seu território na virada do milênio. Torrijos morreu em 1981 e o general Manuel Antonio Noriega conduziu o

país em uma década turbulenta, em que o regime se divorciou da população e dos Estados Unidos. Homem de confiança da Central Intelligence Agency (CIA), Noriega converteu-se em pretexto para a maior invasão militar desde a guerra no Vietnã. Alguns dias depois da queda do Muro de Berlim, os Estados Unidos deslocaram 24 mil soldados para invadir o Panamá. A invasão iniciada em 20 de dezembro de 1989 capturou Noriega e abriu um novo capítulo na história do país.

O objetivo deste artigo é examinar as causas e consequências da última invasão militar dos Estados Unidos na América Latina na Guerra Fria. Embora considerações de natureza doméstica tenham sido decisivas para Washington, nossa hipótese é que a invasão produziu um choque conducente a um reordenamento político e econômico do país invadido nos marcos da globalização. Nossa linha argumentativa diverge de interpretações que situam a invasão do Panamá sobretudo como continuidade dos rearranjos finais da Guerra Fria, em que o fracasso da tentativa de remover o ditador por meio de um levante popular similar ao que derrubou a ditadura Marcos nas Filipinas foi seguido de negociações, sanções e ameaças militares que resultaram infrutíferas. Segundo esta leitura, a invasão decorre do imperativo de afirmar a dominação estadunidense na região, e a novidade está na fundamentação desta "intervenção de estabilização" nos marcos de uma agenda de "guerra às drogas" (Crandall, 2006; Gilboa, 1996). Nesta perspectiva, o ponto de inflexão teria sido a declaração em fevereiro de 1988 de que as drogas representavam uma ameaça maior para a sociedade estadunidense, ao mesmo tempo em que Noriega estava sendo indiciado por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro na Flórida (Gilboa, 1996).

Sem desconsiderar as dinâmicas domésticas que levaram os Estados Unidos a intervir, este texto propõe uma chave de leitura mais abrangente, buscando compreender o acontecimento como parte de uma reconfiguração política e econômica mais profunda no Panamá. Argumenta-se que a invasão não teria sido apenas o desfecho de uma crise diplomática ou militar, mas configuraria um choque conducente ao que Naomi Klein (2007) descreveu como "capitalismo de desastre", ou seja: a produção do choque (que pode ser pela via econômica, política, militar ou subjetiva, mas que frequentemente articula todas estas dimensões) como estratégia para desencadear crises em larga escala, que criam condições favoráveis para um reordenamento social abrangendo todas as esferas da existência. Argumentamos que, mais importante do que a abertura da economia e a implementação de reformas neoliberais, foram as consequências políticas deste reordenamento. Nesta perspectiva, o texto articula a intervenção militar à consolidação de uma agenda neoliberal, mas também a uma recomposição da dominação oligárquica. Ao encerrar o parêntese militar aberto pelo

golpe liderado por Omar Torrijos em 1968, a invasão restituiu um padrão de dominação oligárquica estável, sobre o qual se assentou o extraordinário crescimento econômico do país, constituindo um caso excepcional na América Central e no Caribe sob a globalização.

Inicialmente, o texto reconstitui a particularidade da conflitividade social panamenha, atravessada por tensões nacionalistas derivadas da construção do canal e do estabelecimento do território que o margeia como uma zona sob o controle estadunidense. Em seguida, discute-se o regime militar que, sob a liderança de Omar Torrijos, assina em 1977 os tratados que entregaram a gestão do canal e restituíram o território ocupado ao governo panamenho no final daquele século. Ao romper com o domínio político da oligarquia panamenha, este governo encampou medidas sociais que lhe asseguraram respaldo popular e a diversificação da economia, ao mesmo tempo em que impulsionou iniciativas econômicas sintonizadas com a liberalização posterior, notadamente a constituição do Centro Bancário Internacional. Após a morte de Torrijos, Manuel Noriega se converteu no homem forte do Panamá e o texto analisa como este governo aliado se transforma em inimigo dos Estados Unidos, desembocando na invasão de 1989. Na sequência, analisamos o governo imposto pela invasão e o reordenamento institucional, econômico e político produzido. Sugerimos que, sob o pretexto de restituir uma democracia que nunca teve raízes sólidas, a invasão visava restabelecer a posição estadunidense em um contexto em que se aproximava a entrega do canal. Este reposicionamento foi mediado pela recomposição de um padrão de dominação política oligárquica, cuja estabilidade é decisiva para o êxito econômico do país na globalização.

Esta pesquisa é informada por duas viagens de pesquisa ao Panamá, nas quais numerosas conversas e entrevistas foram realizadas, algumas das quais são mencionadas. A primeira viagem aconteceu nos marcos do programa de extensão "Realidades Latino-Americanas", promovido pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), entre julho e agosto de 2023. Nesta ocasião, participei de muitos encontros com intelectuais e organizações panamenhas, além de adquirir livros de difícil acesso no Brasil. Esta viagem foi fundamental para aprofundar meus conhecimentos sobre a história recente do país, lapidando as hipóteses que fundamentam esta pesquisa. Entre fevereiro e março de 2025, voltei ao país para conversar com intelectuais e personalidades com foco na invasão de 1989 e seus desdobramentos, com destaque para organizações de direitos humanos, algumas das quais são citadas neste texto. Muitas vezes, essas interações transcenderam os objetivos imediatos da pesquisa, uma vez que a memória destes acontecimentos traumáticos e das suas vítimas é objeto de disputa política no presente. Em todo caso, estes diálogos me permiti-

ram aprofundar a compreensão sobre os impactos da invasão em todas as esferas da existência, fundamentando a abordagem da pesquisa que resultou neste artigo. Também consultei livros, fotografias e assisti a vídeos relacionados à invasão, disponíveis na Biblioteca Nacional do Panamá Ernesto J. Castillero R., situada no parque Omar Torrijos. A exploração destes materiais foi facilitada pelo apoio de Anayansi Barrantes e colegas. Busquei principalmente imagens de época, que não são abundantes em função do estrito controle praticado pelos invasores, que reprimiram a documentação do evento, o que resultou no assassinato do jornalista espanhol Juantxu Rodríguez, entre outras vítimas. Além disso, assisti a filmes panamenhos que abordam a invasão e materiais estadunidenses. Também consultei livros na biblioteca Simón Bolívar, da Universidade do Panamá. A imersão nestes materiais permitiu que eu abordasse a invasão e seus desdobramentos do ponto de vista das dinâmicas próprias à história panamenha. Procurei relacionar o material das fontes escritas e das entrevistas às hipóteses de pesquisa, explicitando os impactos da invasão da perspectiva panamenha, tanto no curto prazo como em uma perspectiva de longa duração. A pesquisa foi complementada pela consulta de documentos desclassificados do governo dos Estados Unidos disponíveis online, que me foram indicados por interlocutores panamenhos. Como nos casos anteriores, selecionei aqueles relacionados à intervenção e aos seus desdobramentos, destacando neste texto os documentos mais relevantes para sustentar as hipóteses de pesquisa.

Transitismo sob a tutela imperial

À maneira do rentismo petroleiro venezuelano (Coronil, 2013), o canal do Panamá, inaugurado em 1914, não se restringe a um fenômeno econômico, incidindo em todas as esferas da existência panamenha. A começar pela própria identidade nacional: que outro país tem sua imagem tão vinculada a uma obra de engenharia? No plano econômico, conformou-se, a partir da operação do canal, uma economia transitista, ou seja, orientada em função do trânsito interoceânico e das atividades que dele derivam. Os benefícios advindos do transitismo se concentram entre os panamenhos que vivem em torno do canal e do seu dinamismo, resultando em notáveis disparidades socioeconômicas entre a zona de trânsito e o interior do país (Herrera, 2023). No plano das classes sociais, conformou-se uma burguesia transitista. As possibilidades limitadas de acumulação interna foram agravadas pela gestão estrangeira do canal, enquanto a dolarização da economia estimula importações e obsta a produção nacional, constrangendo a diversificação da economia. Nesta realidade, a disputa pelos ganhos extraordinários advindos da posição única do

canal ofereceu a base material do nacionalismo panamenho (Manduley; Valenzuela Feijóo, 2009, p. 20).

Do ponto de vista popular, a existência do enclave canalero incidiu nas lutas sociais. É preciso lembrar que, nos 1.078 quilômetros quadrados de território panamenho ocupado pelos Estados Unidos, configurou-se uma modalidade de apartheid. Não apenas os panamenhos eram proibidos de circular livremente nesta zona em que o ocupante fazia a lei, mas essas leis eram abertamente discriminatórias, replicando a segregação vigente no sul dos Estados Unidos. Já na construção do canal, estadunidenses brancos receberam um salário muito superior – o gold roll versus o silver roll – e viviam espacialmente segregados, com acesso à moradia e a instalações culturais e esportivas negadas aos demais trabalhadores. Constituída a zona do canal, os Zonians desfrutavam de um padrão de vida bastante superior à média dos panamenhos, muitos dos quais lhes prestavam serviços domésticos (Reid, 2008). Conformou-se um sistema de diferenciação e exclusão que interseccionava marcadores geográficos, de nacionalidade, classe e raça, escancarando a colonialidade em múltiplas humilhações renovadas a cada dia (Beluche, 2024; Soler, 1989).

Na memória coletiva panamenha, o episódio fundador das lutas que culminariam na reversão do canal e do seu entorno ocorreu em 9 de janeiro de 1964, quando jovens secundaristas insistiram em hastear a bandeira do seu país junto da estadunidense em uma escola na zona do canal, conforme acordado entre ambos os países. Os Zonians se sentiram ultrajados e a bandeira panamenha foi rasgada, desencadeando uma revolta reprimida pelas tropas ianques, na qual 22 panamenhos morreram. A indignação generalizada obrigou o presidente Roberto Chiari a romper relações diplomáticas com os Estados Unidos, fato inédito no subcontinente. Deste momento em diante, a reversão dos territórios ocupados e o controle do canal se colocaram como um imperativo político, abrindo um longo processo de negociação (Castillero Calvo, 2004; Chiriboga, 2023; Gandásegui Hijo *et al.*, 1990).

Dada a natureza das relações da oligarquia panamenha com os Estados Unidos, a conjuntura crítica aberta em 1964 também desestabilizou o seu padrão de dominação. Embora protagonizada por estudantes, a mobilização se dava em um contexto de ascensão das lutas dos trabalhadores nos marcos de um processo de industrialização por substituição de importações que remontava ao período entreguerras, mas que ganhou vigor nos anos 1950 e 1960. No campo, registravam-se greves entre os trabalhadores bananeiros da United Fruits e os cortadores de cana de Coclé (Gandásegui Hijo *et al.*, 1990). O mal-estar se agravou quando as negociações com os Estados Unidos resultaram em uma proposta de tratado conhecido como 3 em 1, que foi amplamente rechaçada pela sociedade panamenha (Pizurno, 2023). Em um

contexto em que a reivindicação nacionalista adquiria tonalidades insurrecionais, a crise de legitimidade da política oligárquica se aprofundou.

Torrijos e a nacionalização do canal

Nas eleições de 1968, a política oligárquica representada pelo Partido Panameñista recorreu ao seu caudilho conservador, mas popular, Arnulfo Arias, visando pacificar a população e estabilizar a política (Beluche, 2001). Com apoio dos Estados Unidos, Arias tomou posse em 1.º de outubro de 1968. Dois dias depois, os militares peruanos, liderados por Velasco Alvarado, derrubaram o presidente Belaunde Terry e instalaram um regime militar sui generis na América do Sul, que adotou um programa nacionalista recheado de reformas sociais, inclusive uma reforma agrária radical (Bonilla, 2009). Em 13 de outubro daquele mesmo ano, militares panamenhos derrubaram o presidente Arias, desencadeando um processo que enveredou por uma direção comparável à peruana, sob a liderança do tenente-coronel Omar Torrijos.

As raízes da intervenção militar remetem à crise de liderança da classe dominante aberta pela radicalização democrática do nacionalismo panamenho. Inicialmente, o golpe foi impopular, repressivo e não contou com o reconhecimento imediato dos Estados Unidos. Com o tempo, a autoridade de Omar Torrijos se impôs e o regime construiu a sua legitimidade a partir de uma agenda comum a diferentes setores sociais: a soberania (Aviles, 2023; Gandásegui Hijo, 2017). Torrijos serviu-se do poder político expropriado das classes dominantes para avançar políticas sociais que selaram o apoio popular. Em 1971, foi promulgado um Código do Trabalho com importantes conquistas sociais, enquanto os chamados "assentamentos camponeses" favoreceram a alocação de trabalhadores rurais em terras desapropriadas. Perfilhando uma política de traços corporativistas, o regime tolerou a participação tutelada de setores sociais organizados, mas adotou uma constituição na qual não se previam eleições presidenciais nem partidos políticos, enquanto Torrijos foi designado como chefe de Estado (Gandásegui Hijo, 1989; Vargas, Zárate, 2010). Nas suas palavras, tratava-se de uma "ditadura com carinho" (Sáez, 2016).

O crescimento econômico na faixa de 7% ao ano entre 1970 e 1974 facilitou investimentos sociais em educação, saúde e habitação, enquanto a orientação desenvolvimentista exigiu a construção de infraestruturas viárias, de comunicação e energia. A estratégia do regime era promover uma diversificação de exportações a partir das receitas tradicionais associadas à economia transitista, visando sustentar o crescimento econômico das duas últimas décadas (Beluche, 2001, p. 62). Políticas de apoio à indústria conviveram com o estímulo ao comércio internacional e

ao setor de serviços, em um contexto em que a industrialização substitutiva dava sinais de esgotamento. Ao mesmo tempo, impulsionou-se a Zona Franca de Colón, que se tornaria a segunda maior do mundo depois de Hong Kong. Em 1970, criou-se o Centro Bancário Internacional, que se beneficiou da livre circulação do dólar, da ausência de controles para a entrada e saída de capital, de exonerações tributárias sobre os lucros, da isenção de impostos sobre os depósitos e também da estabilidade política. O número de bancos registrados no país subiu de 23 em 1970 para 73 em 1977, saltando para 122 em 1984 (Popelard; Vannier, 2015). Também prosperou o setor de seguros e resseguros, contribuindo para consolidar o Panamá como plataforma de serviços transnacionais (Manduley; Valenzuela Feijóo, 2009, p. 72).

"Nem com a esquerda, nem com a direita, mas com o Panamá" – dizia Torrijos. Na realidade, seu projeto se apoiava tanto na esquerda como na direita. Os avanços sociais tutelados em um contexto de crescimento econômico favoreceram a constituição de uma base popular do regime, que nela se apoiou para pressionar o governo estadunidense nas negociações sobre o canal (Vargas; Zárate, 2010). Além deste investimento popular, Torrijos internacionalizou a campanha panamenha, enquadrando a sua luta como mais um capítulo da opressão sofrida pelos povos de origem colonial (Torrijos, 1973). O líder panamenho foi particularmente exitoso em mobilizar o apoio do movimento dos países não alinhados, em que Cuba tinha uma posição de destaque. Paradoxalmente, a aproximação política com a ilha caribenha foi instrumental para colocar o chefe do serviço secreto, Antonio Noriega, na folha de pagamento da Central Intelligence Agency (CIA). Noriega também provia informação sobre os Estados Unidos aos cubanos, mas, segundo um ex-embaixador americano no Panamá, os agentes da CIA o adoravam, pois "o material que recebiam era mais interessante do que o que os cubanos estavam recebendo de Noriega sobre nós" (Hersh, 1986).

Em setembro de 1977, assinaram-se os tratados Torrijos-Carter, estabelecendo a soberania panamenha sobre a Zona do Canal e a reversão das suas edificações segundo um cronograma, culminando com a passagem da operação do canal para mãos panamenhas em 31 de dezembro de 1999. Os acordos também envolveram um tratado de neutralidade do canal, cuja finalidade real era conservar a prerrogativa estadunidense de intervir militarmente quando julgasse ameaçado o livre trânsito pelo canal. Um plebiscito no final daquele ano ratificou o apoio da maioria dos panamenhos ao tratado, embora um terço dos eleitores votasse contra. É certo que uma minoria criticou o tratado pela esquerda, mas o resultado refletia uma queda de popularidade do próprio regime diante de dificuldades econômicas que se assomavam. Como em toda a América Latina, a dívida externa panamenha se

multiplicou por quinze ao longo da década, convertendo-se em uma das mais altas do mundo em termos per capita. O Estado ensaiou maiores compromissos sociais e econômicos, mas o sistema internacional pressionava pelo pagamento de dívida e por ajustes estruturais: a combinação entre conquistas sociais e a prosperidade dos negócios tornara-se inviável (Beluche, 2001).

No plano político, o líder panamenho acordou com o governo de Jimmy Carter uma democratização das instituições políticas como condição para a assinatura dos tratados. Efetivamente, o cargo de chefe de Estado atribuído a Torrijos foi eliminado, restabelecendo-se a possibilidade de eleições diretas para o executivo. Uma anistia facilitou o retorno de exilados e os partidos políticos foram legalizados, convocando-se eleições presidenciais para 1984. Até lá, o advogado Aristides Royo presidiria o país, ao menos nominalmente. Torrijos criou um partido, batizado como Partido Revolucionário Democrático (PRD). O general pensava em aposentar-se do exército e disputar as eleições que organizava, estendendo o seu mando por mais cinco anos (Beluche, 2025). Mas não foi assim.

Ascensão e queda de Noriega

Em julho de 1981, Torrijos morreu em um acidente de avião. Seu irmão Hugo Torrijos considera que Omar foi assassinado pela CIA e testemunhas dizem que o avião explodiu no ar (Terreros, 2023; Yao, 2019). Dois meses antes, o presidente Jaime Roldós, que comandava a democratização do Equador, morreu em um acidente igualmente suspeito. Não há investigação conclusiva. Mas é certo que o recém-empossado presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, considerava que a zona do canal pertencia ao seu país tanto quanto o Alasca e os estados originados da compra da Louisiana.

A morte de Torrijos adicionou instabilidade política em uma conjuntura econômica desfavorável. Nos três anos até as eleições de 1984, o Panamá teve três chefes da Guarda Nacional e três presidentes. Até 1988 sucederam-se mais três presidentes. E, no entanto, o homem forte do Panamá no período não ocupou estes cargos, mas dispôs deles. Manuel Noriega descumpriu os acordos pactuados entre o mando militar e manobrou para controlar a instituição (Ortíz, 2023). Por outro lado, a corporação militar tutelava a política nacional, anulando na prática a volta aos quartéis anunciada por Torrijos. Em relação aos Estados Unidos, Noriega não teve dificuldades de navegação. A administração Reagan incentivava governos civis com fachada democrática como parte de uma estratégia contrainsurgente na América Central

revolucionária, mas sem nunca abandonar o fuzil (Robinson, 2011). As ambiguidades de Noriega eram também as dos Estados Unidos.

Um ano depois da morte de Torrijos, o presidente Royo foi derrubado e substituído por um ex-funcionário do banco Chase Manhattan, formado em Stanford, Ricardo la Espriella. A esquerda torrijista, preservada por Royo, foi expurgada, enquanto o primeiro pacote de ajuste estrutural foi negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial em 1983. Neste mesmo ano, Noriega anunciou a conversão da Guarda Nacional, que tinha características de polícia, em um exército convencional, renomeado como Forças de Defesa do Panamá. Raciocinava-se que, na ausência do exército estadunidense, seria necessária uma força militar apropriada para a defesa do canal a partir de 1999. Os Estados Unidos endossaram a proposta (Beluche, 2001).

No plano político, as eleições de 1984 marcaram uma inflexão do regime. Noriega descumpriu o acordo para apoiar o coronel Ruben Paredes, que renunciou à liderança da corporação para disputar o pleito (Ortíz, 2023). Em seu lugar, impôs por meio da fraude o economista Ardito Barletta, formado na escola de Chicago que conduzira a conversão do país em centro bancário e plataforma de serviços internacional sob Torrijos. Abandonava-se a proposta de dar continuidade ao regime por meio de uma presidência militar, para impor um presidente e um gabinete civil. No entanto, a Guarda Nacional permaneceu como o núcleo do poder real. Na fase norieguista do regime, a instituição militar transcendeu o papel mediador de classes originalmente encarnado por Torrijos, para se converter em protagonista, sempre com apoio dos Estados Unidos (Gandásegui Hijo, 2017).

O governo Barletta também marcou a ruptura do regime com a sua base popular. O economista impôs medidas de ajuste estrutural que provocaram intensas mobilizações, freando a investida neoliberal (Araúz; Pizzurno, 1996; Beluche, 2001). No fogo cruzado entre o descontentamento popular e o autoritarismo de Noriega, o mandato de Barletta não durou um ano. Sua queda foi selada quando ensaiou investigar o assassinato do ex-ministro torrijista Hugo Spadafora, que acumulava provas das conexões dos militares com o narcotráfico (Navas, 2023). Apesar da sucessão de atropelos de um regime ilegítimo, Noriega sustentou-se no poder em função do domínio sobre as Forças de Defesa e do apoio incondicional dos Estados Unidos (Murillo, 1995).

Na realidade, o respaldo estadunidense cobrava preços. Noriega foi induzido a atravancar o grupo de Contadora constituído com México, Colômbia e Venezuela na esteira do papel de destaque do Panamá nas negociações de paz na América

Central desde 1979. Interessava à potência americana deslocar as negociações para as reuniões de presidentes da região, majoritariamente sob a influência direta de Washington, isolando a Nicarágua. No avesso da diplomacia, os Estados Unidos faziam uso das bases militares no Panamá nos conflitos centro-americanos, o que era vetado pelo tratado do canal. Aviões de reconhecimento sobrevoavam El Salvador enquanto outros supriam a Contra em Honduras. Embora protestasse ocasionalmente, o regime panamenho era conivente na prática (Dinges, 1990, p. 149).

As relações de Noriega com as ações encobertas dos Estados Unidos eram imbricadas. O dirigente panamenho estava mergulhado no tráfico de armas para a contrainsurgência regional, que também envolvia Israel (Murillo, 1995). Assim como acontecia em Honduras, as rotas de transporte clandestino de armas também serviam para traficar drogas (Dudley, 2016, p. 33-34). Em Honduras, a Drug Enforcement Agency fechou o seu escritório em 1981, quando se intensificava a Contra e o tráfico (Tyroler, 1987). No Panamá, a oficialidade estadunidense tolerou, quando não endossou, o tráfico de drogas diante do imperativo contrainsurgente. A confiança em Noriega refletia décadas de colaboração com a CIA: a cumplicidade do regime com as operações militares do Comando Sul (USSOUTHCOM) na Zona do Canal impunha uma acomodação.

Neste quadro, os Estados Unidos persistiram em uma postura ambígua. Publicamente, falava-se da importância de evitar um novo Somoza, mas, na prática, indicava-se que Noriega seria tolerado caso se estabilizasse no poder. A situação se modificou quando os vínculos entre o homem forte panamenho e a política exterior estadunidense foram expostos neste país. Em junho de 1986, o reputado jornalista Seymour Hersh publicou no New York Times a reportagem "Panama strongman is said to trade in drugs, arms and illicit money" ("Diz-se que o homem forte do Panamá comercializa drogas, armas e dinheiro ilícito"). No dia seguinte, Bob Woodward assinou com Charles Babcock uma matéria no Washington Post na mesma linha. No final do ano, aliados de Noriega no governo Reagan foram obrigados a renunciar em função do escândalo Irã-Contras (John Poindexter e Oliver North), enquanto seu principal protetor, o diretor da CIA William Casey, se afastou por problemas de saúde.

Noriega reagiu mostrando disposição para combater o narcotráfico e a lavagem de dinheiro na chamada Operação Piscis. Mas o tiro podia sair pela culatra, e um traficante colombiano extraditado aos Estados Unidos pela unidade antinarcóticos panamenha denunciou o pagamento de US$ 4 milhões a Noriega em nome do Cartel de Medellín (Figure [...], 1992). No plano doméstico, o presidente Eric Delvalle insistia na via da austeridade. Em março de 1986, o governo impôs um conjunto de leis conhecidas como 3 em 1, que eliminavam proteções à indústria nacional,

subsídios agrícolas e reformavam o código laboral. Uma greve geral de dez dias foi impotente para reverter o pacote, mas brecou a reforma da seguridade social e as privatizações (Beluche, 2001, p. 96). Ambas seriam retomadas nos anos 1990.

A conflitividade social tomou um novo rumo quando o coronel Roberto Díaz Herrera, antigo rival de Noriega e cúmplice do regime, denunciou múltiplos crimes do seu desafeto quando se aposentou em junho de 1987. A partir daquele momento, a mobilização social colocou em questão o regime militar (Navas, 2023). Na sequência das denúncias de Díaz, conformou-se a Cruzada Civilista, ostensivamente inspirada no movimento que derrubou Ferdinando Marcos nas Filipinas no ano anterior. Congregando arnulfistas, liberais e a democracia-cristã – todos desprestigiados enquanto partidos políticos –, a Cruzada Civilista atraiu parte das classes médias e também dos trabalhadores, tendência acelerada com a deterioração econômica decorrente de sanções impostas pelos Estados Unidos. Em fevereiro de 1988, o presidente Delvalle destituiu Noriega do comando das Forças de Defesa, uma medida que ninguém poderia cumprir e que resultou na sua própria destituição (Dinges, 1990). Washington respondeu com severas sanções. Em uma economia aberta, dolarizada e dependente de importações, estas medidas tiveram um efeito devastador. O PIB caiu 17%, pequenos negócios quebraram e bancos também, o desemprego disparou, houve fuga de capitais e o país entrou em moratória, embora não declarada (Olmedo, 2025; Prado, 2023).

Naquele mesmo mês, Noriega tornou-se o primeiro chefe de Estado indiciado em uma corte dos Estados Unidos, acusado de tráfico de drogas e associação ilícita. As sanções econômicas e o processo judicial foram retratados por Noriega como uma agressão imperialista motivada pela iminente devolução do canal aos panamenhos (Ayola, 2025). Este discurso espúrio tinha um fundo de verdade, já que muitos na administração Reagan questionavam o acordado por Carter. Foi neste contexto que se formaram os Batalhões da Dignidade, oferecendo treinamento militar a civis com o intuito de defender o país de uma eventual agressão estadunidense (Solano, 2023). Apesar da impopularidade do regime, agravada pela crise e pelas sanções, panamenhos de sensibilidade nacionalista aderiram à proposta, sobretudo em bairros populares. Ao mesmo tempo, manifestações convocadas pela Cruzada Civilista evidenciavam que o descontentamento com o regime crescia (Araúz; Pizzurno, 1996; Beluche, 2001).

A crise se acelerou com a fraude nas eleições presidenciais em maio de 1989. A oposição se unificou em torno do advogado Guillermo Endara, que tinha raízes políticas no panameñismo arnulfista. Dada a situação do país, era previsível a derrota do candidato norieguista, mas a dimensão do revés surpreendeu o governo e

inviabilizou uma fraude disfarçada. Um impasse se instalou, já que a oficialidade declarou vencedor o candidato norieguista, mas ninguém reconheceu o resultado e não houve posse. Noriega se mostrava disposto a conviver com um presidente da oposição, mas não aceitava colocar uma data para a sua aposentadoria. Como Pinochet, desejava manter-se à frente desta Força de Defesa, preservando de forma velada um poder de veto sobre o destino do país. Acima de tudo, não abria mão do projeto de construir um exército que substituísse o estadunidense na defesa do canal (Beluche, 2025; Navas, 2023).

No dia 3 de outubro, produziu-se uma tentativa de golpe que, retrospectivamente, joga luz no impasse. O major Moisés Giroldi e seus aliados capturaram Noriega, oferecendo aos Estados Unidos uma oportunidade de virar a página do regime. No entanto, os militares ianques estacionados no Panamá, reforçados por dois mil soldados enviados depois das eleições, não responderam aos golpistas aos quais tinham acenado apoio. Com isso, permitiram a reação do campo norieguista, que, naquela noite, matou os onze líderes da intentona no chamado "massacre de Albrook" (Beluche, 2001; Dinges, 1990). É possível que o proclamação dos militares alçados não seduzisse os estrangeiros, ao evocar uma "posição permanente, torrijista, nacionalista da nossa instituição" (Beluche, 2004b, tradução nossa). Mas o mais provável é que o desenlace da crise já estivesse definido na Casa Branca. E este caminho previa o aniquilamento da instituição militar.

Segundo o jornalista Bob Woodward (1991), a administração de George Bush começou a planejar a invasão quando as eleições de maio foram anuladas. O documento Santa Fé II (Bouchey; Fontaine; Jordan, 1989) já indicava que a derrubada de Noriega dificilmente resolveria os problemas do Panamá: seria necessário reformar as forças de defesa e a constituição. Pois, como anteviu Hersh (1986), era improvável que qualquer sucessor de Noriega tolerasse as atividades militares dos Estados Unidos que existiam no Panamá – militares "torrijistas, nacionalistas", certamente não. Seria preciso reorganizar o país sob a tutela dos invasores, e Bush elegeu Endara para esta missão. Documentos desclassificados pelo governo dos Estados Unidos revelam que Bush telefonou para Endara uma semana depois das eleições para apoiá-lo: "Você é o verdadeiro vencedor". Daí em diante, mantiveram contato telefônico sistemático (Panama Files, 2019). É difícil saber a extensão do diálogo, pois, como o próprio Bush comentou depois de perguntar se havia alguma novidade no cenário político, "a linha que estavam usando provavelmente não era muito boa para falar disso" (*White House*, 1989).

Em suma, a invasão era uma decisão em busca de um pretexto (Dinges, 1990, p. 306). O comportamento provocador dos militares ianques nos meses seguintes foi

notório. Em dado momento, um oficial foi morto em um bloqueio policial quando tentou fugir. Mas Noriega já tinha se convertido no pretexto.

A invasão e seus desdobramentos

Poucas semanas depois da queda do Muro de Berlim, 24 mil soldados estadunidenses invadiram o Panamá. A operação desencadeada em 20 de dezembro de 1989 só tem comparação com a invasão da República Dominicana em 1965, que mobilizou 22 mil tropas para impedir a posse do presidente eleito Juan Bosch. A partir daquela meia-noite, o sismógrafo da Universidade do Panamá registrou 417 bombas nas 14 horas seguintes, até que o aparelho deixou de funcionar. Destas bombas, 66 explodiram nos primeiros 4 minutos (Grandin, 2014). Foi a maior mobilização na história da Força Aérea do país até aquele momento.

O recurso à força excessiva foi parte da estratégia militar. Além do poder aéreo, os invasores eram numericamente superiores às Forças de Defesa panamenhas, estimadas em 15 mil soldados. Também empregaram armas de última geração, que espantaram os panamenhos, conforme se esperava: "a inclusão de aviões caros era simplesmente para 'chocar' as tropas panamenhas" (McCall, 1991). Futuramente, esta produção do medo associada ao choque e ao espetáculo seria formulada como uma estratégia de "choque e pavor" (shock and awe), que informaria a invasão do Iraque de 2003 e as imagens que então circularam. Em muitos sentidos, o Panamá serviu como campo de provas para agressões que seguiriam, começando com a Guerra do Golfo contra o Iraque meses depois (D'Haeseleer, 2008).

Inicialmente, a invasão se estruturou em torno de 26 alvos considerados de interesse militar. O principal quartel das Forças de Defesa panamenhas localizava-se no populoso bairro popular de El Chorrillo. Na manhã seguinte à invasão, uma significativa parte do bairro estava destruída e 18 mil pessoas se tornaram sem-teto, a maioria das quais foi deslocada para a escola Balboa, na zona do Canal – a mesma em que os estudantes tentaram hastear a bandeira panamenha em 1964. Oficiais estadunidenses alegam que os Batalhões da Dignidade iniciaram o incêndio que se alastrou entre as casas de madeira (United States, 1991; Panama Files, 2019), mas há evidências conclusivas da responsabilidade dos invasores que queimaram as casas para evitar que servissem de refúgio ao inimigo, que resistia (Camargo, 2025). Outros focos de combate também sofreram uma violência desproporcional (CIDH, 2018). No conjunto, o país não estava preparado para a invasão e não houve comando centralizado da resistência (Solano, 2023). É provável que Noriega contasse em ser

informado pelas redes de espionagem em que se enfronhou (Beluche, 2001; Murillo, 1995).

A brutalidade da invasão marcou a vida de milhares de panamenhos, deixando feridas abertas em múltiplos níveis e que tardam em cicatrizar (Ayola, 2025). Embora não haja números oficiais, as vítimas fatais certamente ultrapassam quinhentas, já que o próprio Pentágono reconhece 513 mortos. Em apenas uma noite, as tropas estadunidenses assassinaram muito mais panamenhos do que 21 anos de regime militar – a Comissão da Verdade, que posteriormente investigou os crimes de Noriega, contabilizou 70 mortos e 40 desaparecidos (Panamá, 2002). Todos os mortos na invasão pertenciam aos setores populares, e registraram-se apenas seis vítimas fatais entre oficiais e suboficiais do exército.

No empenho de invisibilizar a violência perpetrada, os invasores submeteram os jornalistas ao seu controle, guiando e supervisionando o acesso às zonas de conflito em uma prática que ficaria conhecida no Iraque como "embedded journalism". A imprensa internacional foi confinada às bases militares estadunidenses e não teve acesso às zonas bombardeadas nas primeiras horas cruciais. Há pouquíssimos registros em vídeo dos três primeiros dias da invasão. O espanhol Juantxu Rodríguez, que trabalhava para o jornal El País, foi um dos poucos repórteres a desafiar este controle e terminou assassinado por tropas estadunidenses com a câmera na mão em frente ao seu hotel. A supressão da independência de imprensa e a negação da destruição foram acompanhadas pela distribuição de camisetas e adesivos respaldando o nome com que se batizou a invasão: "Justa causa" (Sol; Budasoff, 2019).

Nas ruas se amontoaram cadáveres, embalados sem identificação em sacos do exército invasor e despejados em fossas clandestinas, cuja existência foi negada por autoridades estadunidenses (CIDH, 2018; Panama Files, 2019). Os invasores ocuparam veículos de imprensa, hospitais e morgues, constrangendo a assistência humanitária prestada por médicos e enfermeiros, bem como o seu registro. Milhares de pessoas foram detidas como "prisioneiros de guerra", incluindo dirigentes sindicais, jornalistas e líderes culturais, enquanto servidores do governo norieguista passaram à clandestinidade (Solano, 2023). Nos dias seguintes, os próprios invasores limparam corpos e vestígios da agressão com escavadoras em ruas patrulhadas por tanques que amassaram carros, em alguns casos com pessoas dentro. Soldados controlavam a circulação de pessoas e se envolveram em múltiplos episódios de assédio e assassinato (Ayola, 2025; Camargo, 2025; Torrerro, 2023).

A "justa causa" foi vaga. A decisão de invadir foi influenciada por questões domésticas fora da alçada panamenha, como o desejo de Bush de livrar-se da imagem de

"frouxo" (wimpy) que o assombrou nas eleições (Cramer, 2006). O presidente falou em defesa do canal e de vidas estadunidenses (aludindo ao oficial morto dias antes), em defesa da democracia e em combate às drogas. Como observou um ex-diretor da CIA, os Estados Unidos teriam um trabalhão se decidissem impor a democracia em um mundo com mais de cem regimes não democráticos, muitos deles aliados. Em relação à captura de Noriega, comentou que "24 mil militares é mais do que normalmente empregamos para parar um traficante de drogas" (Pfeiffer, 1990).

Noriega se refugiou na nunciatura apostólica, já que tropas rodeavam embaixadas que poderiam acolhê-lo, como Cuba e Nicarágua. A nunciatura também foi cercada e formas de tortura psicológica foram empregadas até o ditador se entregar. Estas práticas incluíram alto-falantes tocando rock no último volume ("I fought the law" do The Clash, "Panama" de Van Halen, entre outras) e um atirador postado ostensivamente em frente à janela do quarto onde Noriega dormia. O coronel a serviço do Mossad, Mike Harari, teve mais sorte: preso pelo exército estadunidense, terminou enviado para Israel em lugar de ser julgado por seus crimes. Como outras possíveis testemunhas que poderiam comprometer os Estados Unidos e suas agências, não foi convocado a depor no julgamento que condenou Noriega a 40 anos de prisão (Murillo, 1995).

Reconstrução tutelada

Os Estados Unidos não esperaram a captura de Noriega para empossar novas autoridades para o país. No próprio dia 20 de dezembro, na base militar de Clayton, na Zona do Canal, Miguel Endara e seus dois vice-presidentes foram juramentados. O advogado José Manuel Faúndes, secretário do Comitê Panamenho de Direitos Humanos e uma das únicas testemunhas panamenhas da posse, avaliou que não estava em curso uma invasão, mas uma legítima defesa do direito de terceiros respaldada pelo direito internacional (Beluche, 2004a, p. 85). Porém, como observou um analista estadunidense, "três pessoas, um presidente e dois vice-presidentes não constituem um governo" (Fishel, 1992, p. 33), e o perfil da invasão foi se modificando segundo um planejamento de três etapas. As operações táticas até 31 de janeiro de 1990 seriam seguidas por uma fase de "lei e ordem" até junho daquele ano. E depois, por uma fase de estabilidade sócioeconômica e política até dezembro de 1999 – data da entrega do canal. Os manuais militares descrevem este gênero como uma intervenção de construção da nação (nation-building) destrinchada em três momentos: 1) derrotar e prender a resistência armada; 2) retornar a autoridade eleita ao poder; 3) apoiar a transição, substanciando a "construção nacional" (Fishel, 1992; Haas, 1994).

Na medida em que o perfil da invasão se orientava para a construção da nação, a força-tarefa estadunidense se deu conta de que "não tinha opção além de liderar o governo do Panamá, apresentando as suas ações na forma de sugestões e recomendações ao 'governo'" (aspas no original). O documento registra que essa foi uma relação harmoniosa (Fishel, 1992, p. 34). Funcionários estadunidenses acompanhavam a atuação de cada ministro e o coronel Jim Steele se juntava ao embaixador Deane Hinton, que serviu em El Salvador nos anos 1980, no café da manhã das quintas-feiras com o presidente Endara.

Os paradoxos da situação se explicitaram quando lojas foram saqueadas nos dias que sucederam a invasão. Como pretendiam, os Estados Unidos cumpriram a tarefa de desmantelar as Forças de Defesa panamenhas. Em pouco tempo, havia cerca de 5.000 soldados presos, além dos mortos. Porém, como a ocupação estava orientada por objetivos militares, a propriedade privada ficou momentaneamente desguarnecida. Logo, a formação de uma polícia se impôs como prioridade. Neste cenário, a Polícia Nacional forjada pelos invasores incorporou membros da Força de Defesa panamenha que pretendiam extinguir (Torrero, 2023; Sosa, 2025). Por outro lado, vozes conservadoras dos Estados Unidos não tardaram em reivindicar a revisão dos tratados em torno do canal. Argumentavam que, com a abolição das Forças de Defesa panamenhas provocada pela própria invasão, a nova força militar não seria capaz de garantir a segurança do canal (Beluche, 2004a, p. 124).

Tampouco garantiam o governo: menos de um ano depois da invasão, tropas estadunidenses intervieram a pedido de Endara para reprimir um levante militar. Naquele momento, o índice de aprovação de um governo escorado nos invasores e que prendia jornalistas e opositores rondava 20%. Esta reprise de um regime antipopular dependente dos Estados Unidos revelava que a elite deslocada em 1968 reapropriava-se do poder (Gandásegui Hijo, 2017). Aproveitando a circunstância, o governo impôs no Natal de 1990 uma lei despedindo milhares de servidores públicos acusados de conspiração golpista, porque convocaram uma greve que coincidiu com a intentona militar (Torrero, 2023). No final do governo Endara, ainda se viam rondas conjuntas da nova polícia panamenha com os militares invasores.

Assim como em outros países centro-americanos, o crime organizado se tornou um fenômeno relevante no Panamá pós-Guerra Fria (Cumbreras, 2023). Mas o crime não se limita às periferias e também circula entre os arranha-céus na orla da capital. Antes da invasão e de Noriega, a constituição do centro bancário internacional impulsionou o lugar do Panamá como hub de atividades ilícitas, inclusive o narcotráfico. E estas redes delitivas atravessavam a elite panamenha, inclusive o novo governo. O vice-presidente Guillermo Ford e seu irmão Henry estavam envolvi-

dos em lavagem de dinheiro, enquanto o próprio presidente Endara dirigiu o Banco Interoceânico do Panamá, notoriamente usado por traficantes de Medellín. Além disso, denúncias revelaram que o presidente e seu advogado-sócio Hernán Delgado ajudaram dois notórios traficantes de Miami a lavar lucros do tráfico (Murillo, 1995, p. 838). Como disse o jornalista Miguel Antonio Bernal (2009), os Estados Unidos levaram Ali Babá, mas deixaram os 40 ladrões.

Esta realidade colocava um impasse. A elite resistia a modificar as leis de segredo bancário, uma vez que a lavagem de dinheiro se convertera em uma das principais indústrias do país. No entanto, a reconstrução necessária se apoiava na promessa de dinheiro do governo Bush, e o Congresso estadunidense exigia maior transparência do setor bancário para aprová-la. Especificamente, impunha-se a assinatura de um abrangente Tratado de Assistência Legal Mútua, facultando desde a investigação de pessoas e contas no Panamá por tribunais estadunidenses até o patrulhamento do mar territorial panamenho pela marinha deste país (Panama Files, 2019; American Embassy, 1990). O tratado sacrificava a soberania no altar da economia, que estava em frangalhos. Durante vinte meses de sanções, o PIB panamenho caiu 28% (20% em 1988 e 8% no ano seguinte). A demora na aprovação dos fundos levou Endara, um homem particularmente gordo, a empreender uma controversa greve de fome, interrompida quando Bush renovou a solicitação de US$ 500 milhões para o país junto ao Congresso. Enquanto isso, o FMI dava um mês para o Panamá recomeçar a pagar sua dívida, sob risco de ser expulso da entidade (Murillo, 1995, p. 856).

Mais do que uma ingerência disfarçada de transparência financeira, os Estados Unidos e as instituições financeiras multilaterais exigiam a implementação de reformas neoliberais. Algumas semanas depois da solicitação de Bush, foi sinalizado que o Panamá receberia US$ 420 milhões, mas não de uma vez. Inicialmente acessaria US$ 244 milhões, dos quais US$ 130 milhões seriam destinados para pagar credores em Nova Iorque, e os demais US$ 114 milhões investidos na reconstrução do país. Adicionalmente, US$84 milhões estavam condicionados à adesão ao "Tratado de Assistência Legal Mútua", que aconteceria em abril do ano seguinte. O restante dependia da aprovação parlamentar de medidas de austeridade impostas pelo Banco Mundial e pelo FMI. Estas medidas incluíam o corte de milhares de servidores públicos em um país em que o desemprego atingia 20% da população em 1989, alcançando 33% no momento mais crítico da ocupação. Os danos causados pela invasão eram estimados em US$ 2 bilhões, ou o dobro, quando se adiciona o prejuízo causado pelas sanções, além da fuga de capitais (Murillo, 1995, p. 857).

Neste contexto, os Estados Unidos levaram o governo Endara a assinar em julho de 1990 um "Acordo de Doação", marco da inflexão neoliberal no Panamá (Bordón, 2023). Segundo o acordo, o país se comprometia a implementar um severo ajuste econômico. O ajuste implicava a redução da folha de pagamento do Estado, a privatização de empresas públicas (nomeando as primeiras alvejadas), a redução de tarifas de importação, o fim dos controles de preços e uma nova reforma trabalhista. Até aquele momento, nem um dólar tinha chegado ao país. Meses depois, os compromissos neoliberais foram apresentados como uma estratégia do governo com o nome de "Plano Ford: uma estratégia nacional para o desenvolvimento e a modernização da economia". A falta de legitimidade de Endara e a situação crítica do país exigiram postergar alguns destes compromissos para o governo seguinte de Ernesto Balladares (1994-99), sobretudo as privatizações. Em um primeiro momento, o ajuste foi limitado e priorizou-se o pagamento da dívida, mas a orientação política estava dada (Beluche, 2001).

Visando reativar a economia, o governo aprovou em 1990 uma lei criando "zonas processadoras de exportação", em que se suspendiam garantias do Código de Trabalho com a intenção de atrair empresas estrangeiras, sobretudo maquiladoras. A medida teve sucesso limitado. Por outro lado, o centro bancário internacional retomou seu dinamismo, assim como a construção civil e a Zona Franca de Colón. No plano social, o governo avançou uma reforma parcial do Código do Trabalho, mas também restabeleceu o direito de negociar acordos coletivos de trabalho suspensos sob Noriega. Como em outros campos, a reforma trabalhista de maior consequência ocorreria no governo seguinte.

Apesar do empenho de Endara, a ajuda financeira recebida foi limitada. Em setembro de 1992, apenas US$ 180 milhões em dinheiro dos US$ 420 milhões prometidos tinham chegado, enquanto US$ 130 milhões foram direto para os credores internacionais. Um ano depois, o FMI e o Banco Mundial bloquearam a primeira parcela de um crédito de US$ 281 milhões, considerando que o governo não tinha reduzido suficientemente sua folha de pagamento, que baixara de 150 para 130 mil servidores (Murillo, 1995, p. 870). Ainda assim, a economia cresceu 9% em 1991 — o que não era extraordinário, considerando o ponto de partida rebaixado. Nos anos seguintes, a taxa oscilou em torno de 5%.

Retrospectivamente, o maior feito do governo Endara foi político. Apesar da legitimidade duvidosa de um presidente juramentado pela ocupação estrangeira, o poder militar, econômico e ideológico da aliança com os invasores se impôs. Limitado por sua impopularidade e falta de credibilidade, o primeiro governo pós-invasão não fez o que quis. No entanto assentou, sobre os escombros de uma ditadura

impopular, as balizas da ordem que segue vigente. A sobrevivência de um governo contestado neste contexto crítico foi uma realização política fundamental para a normalização que viria.

Esta sobrevivência exigiu repressão, mas também silêncio. Em julho de 1990, um grupo de sessenta empresas baseadas no Panamá moveu uma ação em Nova Iorque acusando o governo estadunidense de uma invasão "feita de maneira tortuosa, descuidada e negligente, sem levar em conta a propriedade de panamenhos inocentes". Por fim, chegou-se a um acordo fora do tribunal (Head, 2011). Quando o governo Endara levantou o tema das indenizações de guerra dois anos depois, o governo dos Estados Unidos reagiu como se os panamenhos fossem ingratos. Enfatizaram o empenho de Bush em conseguir recursos para a reconstrução junto a um Congresso hostil; lembraram que jovens do seu país morreram para que o Panamá "alcançasse a liberdade"; e concluíram que a busca por indenizações teria um "efeito terrível e permanente" nas relações entre os países (Murillo, 1995). O receio de um confronto com os Estados Unidos levou sucessivos governos panamenhos a serem cúmplices na invisibilização da violência, de modo que até os dias de hoje não há sequer uma cifra oficial do número de mortos na invasão (Sosa, 2025).

Ao contrário de indenizações, a cumplicidade governamental exigia reforçar a narrativa da libertação. Em telefonemas ao presidente que ordenou a invasão, Endara expressou gratidão, dizendo que Bush era tão popular que venceria qualquer eleição no Panamá (*White House*, 1990). No entanto, na breve visita que realizou em junho de 1992, o presidente ianque não conseguiu discursar em praça pública em função dos gases atirados para conter a agitação popular. Foi removido às pressas para discursar na protegida base estadunidense de Albrook, a poucos metros de onde foram fuzilados os militares que tentaram derrocar Noriega antes da invasão (Guardia, 2018).

No final daquele mesmo ano, um pacote de reformas constitucionais que incluía a abolição perpétua do exército foi submetido ao voto popular. A proposta governista foi derrotada por 64% dos votos contra 32%, embora 60% dos eleitores se abstivessem. O resultado foi interpretado como um rechaço a Endara e uma vitória do PRD, que liderava a oposição. Paradoxalmente, na medida em que se evidenciou o desgaste do governo, o partido de origem torrijista moderou sua conduta, abandonando a posição inicial que exigia a renúncia de Endara e a antecipação das eleições (Gandásegui Hijo, 2017). Reposicionando-se como oposição leal, o partido legitimou o presidente e o regime instituído pela invasão, enquanto canalizava o descontentamento popular com o governo, credenciando-se para sucedê-lo. Ao se acomodar à

nova ordem como o polo político oposto ao arnulfismo, o PRD contribuiu para estabilizar a era política que se inaugurava.

Cinco anos depois da invasão que removeu Noriega, o PRD voltou ao poder. As eleições de 1994 foram vencidas pelo financista Ernesto Pérez Balladares, que superou por estreita margem a viúva de Arnulfo Arias, Mireya Moscoso, seguida pelo cantor de salsa Rubén Blades. Chefe da campanha do candidato norieguista na fraude de 1989, Balladares teria como missão desmontar o que restava do torrijismo. O candidato eleito pelos setores populares vitimados pelo neoliberalismo se encarregaria de aprofundar o neoliberalismo enquanto, em nome da democracia, restabelecia-se a política oligárquica (Gandásegui Hijo, 2017, p. 13). Em sua versão civil, o PRD colaborou para a oligarquia recuperar a hegemonia perdida sob os militares. Como fração de classe, os rentistas vinculados ao centro bancário internacional, à Zona Franca de Colón, ao canal e mesmo às maquilas, retomavam a condução indisputada do país depois do parêntese torrijista. Mais do que um padrão de dominação política sob a égide neoliberal, a hegemonia oligárquica implica uma naturalização das formas sociais irradiadas pelo transitismo, como se o Panamá não pudesse existir de outra maneira. O fetiche do canal em um país talhado por sua causa se renovava.

Panamá na globalização

Depois da desestabilização produzida pela invasão, o governo Balladares (1994-1999) representou a consolidação e a normalização da ordem produzida a partir desta violência. Soldados estadunidenses não patrulhavam mais as ruas, mas o reordenamento político e econômico imposto pela ocupação ficou. O novo governo retomou a agenda inconclusa do *acuerdo de donación*, levando a cabo os ajustes e privatizações previstos, que incluíam uma reestruturação administrativa, privatizações e a reforma do código de trabalho vigente desde 1972 (Castillo, 2003). Em 1997, os portos de Balboa e Cristóbal, nas pontas pacífica e atlântica do canal, foram concessionados à empresa Hutchison Ports, com sede em Hong Kong, o que, muitos anos depois, levou Donald Trump a denunciar o risco de ingerência chinesa no canal. Estas e outras empresas na zona canaleira investiram em instalações para o armazenamento, triagem e manuseio de contêineres, transformando o caminho entre os mares em um centro comercial internacional (Lemoine, 1999). Entre 1980 e 2000, a parcela do setor de serviços na economia se elevou de 68% para 82%, enquanto a participação das manufaturas se reduziu de 18% a 10% (Gandásegui Hijo, 2001).

Nos anos 1990, o Panamá se preparava para reaver os territórios da Zona do Canal e assumir o comando do próprio canal. A reversão era motivo de ansiedade

nas administrações republicanas que sucederam Jimmy Carter, e certamente contribuiu para a invasão. Porém, a pressão para manter bases militares em território panamenho não teve sucesso. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos pretenderam reciclar o aparato de vigilância e repressão a pretexto da guerra às drogas (Lemoine, 1999). Mas a hostilidade popular em relação à histórica intrusão territorial inviabilizou este caminho. Nenhum governo estava em condições de bancar uma reversão da reversão.

No entanto, a invasão proporcionou uma oportunidade única de estruturar as formas de governo das zonas revertidas e do próprio canal. Proeminente neste desenho foi a forma "autoridade", concebida como uma agência autônoma espelhada no modelo estadunidense. Modeladas pelos parâmetros da gestão corporativa, as "autoridades" são dotadas de uma dinâmica institucional própria com a pretensão de blindá-las das oscilações da política, à maneira como se configurou a autonomia dos bancos centrais sob o neoliberalismo (Conniff; Bigler, 2019). A Autoridade da Região Interoceânica (ARI), responsável pela gestão dos bens revertidos ao país, e a Autoridade do Canal do Panamá (ACP) correspondem a este modelo. A ACP é assessorada por um conselho internacional, que em 2025 era presidido por um almirante aposentado da marinha dos Estados Unidos (ACP, [2025]). A receita do canal é gerida pela empresa, que tem controle absoluto sobre o seu orçamento, repassando parte dos lucros para o Tesouro panamenho. A blindagem é completada por uma lei que estabelece um regime trabalhista de exceção, que proíbe greve dos trabalhadores do canal.

Reflexões finais: o transitismo e o seu avesso

Em 31 de dezembro de 1999, as operações do canal passaram para mãos panamenhas. Como se esperava, as receitas auferidas pelo Estado subiram significativamente, ultrapassando 15 bilhões de dólares entre 2000 e 2018. Em 2024, a receita atingiu US$ 4,5 bilhões, e a tendência era de crescimento (ACP, 2025). A intensificação da circulação global de mercadorias no contexto da globalização manteve o canal sempre ocupado. Navios maiores exigiram a sua ampliação, empreendida com sucesso. Impulsionadas pela conexão interoceânica, as múltiplas ramificações da economia transitista prosperaram: o centro bancário internacional; as zonas francas; o setor logístico, incluindo o armazenamento e distribuição global de mercadorias; o hub aéreo regional; as maquiladoras; a indústria da construção civil e também o narcotráfico. Desde a invasão, o PIB panamenho dobrou a cada década, saltando de US$ 7 bilhões em 1990 para quase US$ 85 bilhões em 2025. Entre 2000 e 2019, o

PIB per capita do país mais do que dobrou, crescendo 120%. Em ambos os casos, constituindo os índices mais altos da América Latina no período (Oliva, 2019; Santos; Hadzi-Vaskov, 2019).

O oposto complementar do canal é o tapón del Darién, no extremo leste do Panamá, que separa o istmo centro-americano da América do Sul. Neste ponto se interrompe a maior estrada do mundo, a Rodovia Pan-Americana, que se estende da Patagônia ao Alasca (La historia [...], 2023). Por trás do discurso que atribui o isolamento da região a uma selva espessa e naturaliza a desconexão, é possível ver os sintomas de uma construção histórica que é também a história de uma construção que nunca aconteceu. O estigma do Darién como região perigosa, inóspita e intransponível é o oposto da narrativa épica de triunfo da engenharia sobre a natureza na construção do canal. No entanto, nos perguntamos por que a inventividade e a persistência (ou a tecnologia e os recursos) que serviram para rasgar o canal há mais de um século não serviriam no Darién. Talvez o termo "tampão" responda. Potencialmente, a integração da nossa América está na antípoda do lugar reservado ao Panamá como elo mercantil mundial sob a tutela estadunidense. O canal, como dispositivo econômico e militar, atou o destino panamenho aos Estados Unidos, enquanto o Darién separa o que poderia unir. O território que poderia ser elo virou tampão e quartel-general da contrarrevolução continental na Guerra Fria, encarnada pela Escola das Américas.

Mas qual o lugar de um continente que sempre serviu às mercadorias, num sistema global que no século XXI produz escasso valor? Enquanto seus congêneres centro-americanos oferecem despossessão na forma de maquilas, monocultivos e minérios, o Panamá sintonizou com a natureza fictícia da valorização, sem dispensar a despossessão (Carrasquila, 2023; Piñeda, 2023). Como o sistema que espelha pelas margens, sua riqueza é financeira e comercial, mas o país produz quase nada. Em última análise, a inserção exitosa do país na globalização está alicerçada em uma situação geográfica singular.

No outro lado da exceção, a exportação de drogas e migrantes se converte em regra. Drogas e migrantes transitam pelo Panamá também, mas não pelo canal. Cada vez mais sul-americanos, cubanos, haitianos e africanos cruzam o tampão de Darién desejando uma outra América. São movidos menos pelo sonho americano do que pelo pesadelo da exclusão. No avesso do canal, os excluídos do mundo das mercadorias que por ele circulam atravessam o Panamá a pé, em busca de um lugar no mundo que os senhores do canal e os seus mercadores lhes negam.

Referências

ACP - Autoridad del Canal del Panamá. *Junta Asesora*, Panamá, [2025]. Disponível em: https://pancanal.com/junta-asesora/. Acesso em: 25 mar. 2025.

AMERICAN Embassy in Panama to State Department. 'Economy Recovery. Discussion with World Bank. *Panama Files*, set. 1990.

ARAÚZ, Celestino Andrés. Estudio historiográfico sobre las interpretaciones en torno a la separación de Panamá de Colombia en 1903. *Revista Tareas*, Panamá, n. 117, p. 63-96, 2004.

ARAÚZ, Celestino Andrés; PIZZURNO, Patricia. *Estudios sobre el Panamá republicano 1903-1989*. Panamá: Manfer: 1996.

AYOLA, Trinidad. Asociación de Familiares y Amigos de los caídos del 20 de diciembre. Entrevista na Cidade do Panamá, Fev 2025.

BELUCHE, Olmedo. Historiador, professor da Universidade do Panamá, Entrevista na Cidade do Panamá em Fev 2025

BELUCHE, Olmedo. Algunos documentos memorables. *In:* BELUCHE, Olmedo. *La verdad sobre la invasión*. Panamá: Manfer, 2004b. p. 18-29.

BELUCHE, Olmedo. *Diez años de luchas políticas y sociales en Panamá*: 1980-1990. Panamá: Articsa, 2001.

BELUCHE, Olmedo. *Ensayos sobre nación, nacionalismo e história*. Panamá: EUPAN, 2024.

BELUCHE, Olmedo. *La verdad sobre la invasión*. Panamá: Manfer, 2004a.

BERNAL, Miguel Antonio. *Un rebelde con causa*. La Estrella de Panamá, 5 jul. 2009. Disponível em: https://www.laestrella.com.pa/vida-y-cultura/cultura/causa-rebelde-PLLE206292. Acesso em: 25 mar. 2025.

BONILLA, Heracilo. *La trayectoria del desencanto*: el Perú en la segunda mitad del siglo XX. Lima: UCH, 2009.

BORDÓN, Maribel. Professora e candidata à presidência nas eleições de 2024. Conversa na Cidade do Panamá em Jul 2023.

BOUCHEY, Francis, FONTAINE, Roger, JORDAN, David C. Una Estrategia para América Latina en los 90: Informe Santa Fe II. *Colombia Internacional*, Bogotá, v. 6, 1 abr. 1989. Disponível em: http://journals.openedition.org/colombiaint/26523. Acesso em: 20 mar. 2025.

CAMARGO, Gilma. Advogada de vítimas da invasão junto à CIDH. Entrevista na Cidade do Panamá, Mar 2025

CANAL do Panamá tem receita recorde apesar da seca. *Istoé Dinheiro*, São Paulo, 25 out. 2024. Disponível em: https://istoedinheiro.com.br/canal-do-panama-tem-receita-recorde-apesar-da-seca/. Acesso em: 25 mar. 2025.

CARRASQUILA, Olmedo. Jornalista e militante de movimentos do campo em Veraguas. Conversa em Santiado de Veraguas, Ago 2023

CASTILLERO CALVO, Alfredo. *Historia general de Panamá*. Panamá: Comité Nacional del Centenario, 2004. t. 2. Disponível em: https://antharky.ucalgary.ca/mccafferty/sites/antharky.ucalgary.ca.mccafferty/files/ez_Herrera_2004_-_Las_Sociedades_Originarias.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

CASTILLO, Carlos Marcelo. *El Estado neoliberal*: deuda, desigualdad y pobreza. Panamá: CEASPA, 2003.

CHIRIBOGA, Vilma. Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad de Panamá. Conversa na Cidade do Panamá, Jul 2023

CIDH – Comisión Interamericana de Derechos humanos. *Informe No. 121/18. Caso 10573*: Informe de Fondo Jose Isabel Salas Galindo y otros contra Estados Unidos. Panamá: Universidad de Panamá: 2018. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2018/uspu10573-es.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

CONNIFF, Michael L.; BIGLER, Gene E. The Pérez Balladares administration: return of the PRD. In: CONNIFF, Michael L.; BIGLER, Gene E. *Modern Panama*: from occupation to crossroads of the Americas. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 98-128.

CORONÍL, Fernando. *El estado mágico*. Caracas: Melvin, 2013.

CRAMER, Jane Kellet. "Just cause" or just politics? US Panama invasion and standardizing qualitative tests for diversionary war. *Armed Forces and Society,* Lubbock, v. 32, n. 2, p. 178-201, jan. 2006. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/48608710. Acesso em: 25 mar. 2025.

CRANDALL, Russell. *Gunboat democracy*: U.S. Interventions in the Dominican Republic, Grenada, and Panama. New York: Rowman & Littlefield, 2006.

CUMBRERAS, Nelly. Pesquisadora sobre narcotráfico, justiça e condições carcerárias. Conversa na Cidade do Panamá, Jul 2023

D'HAESELEER, Brian. Paving the Way for Baghdad: The US Invasion of Panama, 1989. *The International History Review*, v. 41, n. 6, p. 1194-1215, 2008. DOI: https://doi.org/10.1080/07075332.2018.1480512.

DINGES, John. *Our man in Panama*. New York: Random House, 1990.

DUDLEY, Steven. Élites y crimen organizado en Honduras. *Insight Crime*, Washington, DC, abr. 2016. Disponível em: https://insightcrime.org/wp-content/uploads/2023/08/Elites_Crimen_Organizado_Honduras.pdf.

FIGURE in Noriega drug case arrested for probation violation. UPI, Washington, DC, 8 Aug. 1992. Disponível em: https://www.upi.com/Archives/1992/08/08/Figure-in-Noriega-drug-case-arrested-for-probation-violation/3729713246400/. Acesso em: 20 mar. 2025.

FISHEL, John. *The fog of peace*: planning and executing the reconstruction of Panama. Carlisle: Strategic Studies; U.S. Army College, 1992.

GANDÁSEGUI HIJO, Marco A. *La democracia en Panamá*. México: Universidad Autónoma Mexicana, 1989.

GANDÁSEGUI HIJO, Marco A. *Perfil socioeconómico de Panamá*. Panamá: CELA (Centro de Estudios Latinoamericanos Justo Arosemena), 2001.

GANDÁSEGUI HIJO, Marco A.; SAAVEDRA, Alejandro; ACHONG, Andrés; QUINTERO, Iván. *Las luchas obreras en Panamá (1850-1978)*. Panamá: CELA, 1990.

GANDÁSEGUI HIJO. Marco A. Dinámica electoral en Panamá de la pos-invasión. *Tareas*, Panamá, v. 157, p. 5-25, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=535054292001. Acesso em: 25 mar. 2025.

GATEWAY to the Americas: Discover Panama's strategy to be in pole position in Latin America. *DHL*, [S. l.], dec. 2020. Disponível em: https://www.dhl.com/global-en/delivered/global-trade/gateway-to-the-americas-discover-panamas-strategy-to-be-in-pole-position-in-latin-america.html. Acesso em: 25 mar. 2025.

GILBOA, Eytan. The Panama invasion revisited: Lessons for the Use of Force in the Post Cold War Era. *Political Science Quarterly,* New York, v. 110, n. 4, p. 539-562, 1996. DOI: https://doi.org/10.2307/2151883.

GRANDIN, Greg. How the US Created a 'Little Hiroshima' in Central America. *The Nation*, New York, 22 Dec. 2014. Disponível em: https://www.thenation.com/article/archive/how-us-created-little-hiroshima-central-america/. Acesso em: 25 mar. 2025.

GUARDIA, Monica. El presidente George Bush y su visita a Panamá en 1992. *Estrella de Panamá*, Panamá, 9 dez. 2018. Disponível em: https://www.laestrella.com.pa/panama/nacional/bush-george-visita-presidente-NOLE27924. Acesso em: 25 mar. 2025.

HAAS, Richard. *Intervention. Washington*: Carnegie Endowment for International Peace, 1994.

HEAD, William P. Gunships and 'ding-bats': U.S. military operations during operation 'just cause. *Journal of Third World Studies*, Americus, v. 28, n. 2, p. 87-105, 2011.

HERRERA, Guillermo Castro. Transitismo en autofagia. *IELA*, Florianópolis, 5 set. 2023. Disponível em: https://iela.ufsc.br/panama-transitismo-en-autofagia/. Acesso em: 20 mar. 2025.

HERSH, Seymour. Panama strongman is said to trade in drugs, armas and illicit money. *NY Times*, New York, 12 june 1986. Disponível em: https://www.nytimes.com/1986/06/12/world/panama-strongman-said-to-trade-in-drugs-arms-and-illicit-money.html. Acesso em: 20 mar. 2025.

KLEIN, Naomi. *The shock doctrine*: trise of disaster capitalism. New York: Metropolitan Books; Henry Holt and Company. 2007.

LA HISTORIA real del Darién: entre pumas, ríos de muerte y narcos. *Primícias*, Quito, 12 mayo 2023. Disponível em: https://www.primicias.ec/noticias/sociedad/selva-darien-fauna-narcos-migrantes/. Acesso em: 27 mar. 2025.

LEMOINE, Maurice. O Panamá recupera o seu canal. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, 1 dez. 1999. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-panama-recupera-seu-canal/. Acesso em: 23 mar. 2025.

MANDULEY, Julio; VALENZUELA FEIJÓO, José. *Panamá*: estructura-conyuntura: conflicto, clases y política. Panamá: CEE, 2009.

MCCALL, Noris Lyn. 'Assessing the Role of Air Power' *In:* TSOURAS, Peter; WATSON, Bruce (ed.). *Operation just cause*: the US Intervention in Panama. Boulder: Westview Press, 1991. p. 115-122.

MURILLO, Luis. *The Noriega mes*: the drugs, the Canal, and why America invaded. Berkeley: Videobooks, 1995.

NAVAS, Luis. Profesor titular da cátedra de Historia das Relações do Panamá com os Estados Unidos. Conversa na Cidade do Panamá, Jul 2023

OLIVA, Nicolás. Latinoamérica: dos décadas de crecimiento económico. *Celag*, [S. l.], 27 dic. 2019. Disponível em: https://www.celag.org/latinoamerica-dos-decadas-de-crecimiento-economico/#_ftn1. Acesso em: 25 mar. 2025.

ORTÍZ, Myrna. Historiadora, professora da Universidade do Panamá. Conversa na Cidade do Panamá, Jul 2023

PANAMA FILES. Los papeles de la Invasión de los Estados Unidos a Panamá. *Revista Concolón*, [S. l.], 16 dic. 2019. Disponível em: https://https://revistaconcolon.com/tag/panama-files//. Acesso em: 23 mar. 2025.

PANAMÁ. *Informe de la comisión de la verdad*. Panamá: Comisión de la Verdad, 2002.

PFEIFFER, Bryan. Former CIA Director Turner: Panama invasion 'a mistake'. *Barre Times Argus*, Barre, 3 feb. 1990. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP99-00418R000100370014-7.pdf.

PIÑEDA, Roberto. Universidade do Panamá, campus Veraguas. Conversa em Santiago de Veraguas, Ago 2023

PIZURNO, Patrícia. Historiadora, professora da Universidade do Panamá. Conversa na Cidade do Panamá, Jul 2023

POPELARD, Allan; VANNIER, Paul. Panamá sans les panaméens. *Le Monde Diplomatique,* Paris, 1 juil. 2015.

Prado, Universidade do Panamá. Conversa na Cidade do Panamá, Jul 2023.

REID, Lydia M. The Silver and Gold Roll on the Panama Canal Zone. *The Silver People Heritage*, [S. l.], 1 may 2008. Disponível em: http://thesilverpeopleheritage.wordpress.com/2008/05/01/the-silver-and-gold-roll-on-the-panama-canal-zone/. Acesso em: 20 mar. 2025.

ROBINSON, William I. *Conflictos transnacionales*: Centroamérica, cambio social y globalización. San Salvador: UCA Editores, 2011.

SÁEZ, Olimpo. 'La dictadura con cariño'. *La estrella de Panamá*, Panamá, 13 feb. 2016. Disponível em: https://www.laestrella.com.pa/opinion/columnistas/carino-dictadura-IELE93846. Acesso em: 20 mar. 2025.

SANTOS, Alejandro; HADZI-VASKOV, Metodij. Panamá: salto cuántico económico. *IMF*, Washington, 9 mayo 2019. Disponível em: https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2019/05/09/blog-panama-economic-quantum-leap. Acesso em: 23 mar. 2025.

SOL, Laura; BUDASOFF, Eliezer. "Perdone que le llame a esta hora. Nos desplegamos en Panamá": así explicó Bush la invasión a los líderes de América Latina. *Concolón,* Ciudad de Panamá, 17 dic. 2019. Disponível em: https://revistaconcolon.com/autor/eliezer-budasoff/. Acesso em: 23 mar. 2025.

SOLANO, Jose Luis. Sobrevivente de El Chorrillo da invasão estadunidense de 1989. Conversa na Cidade do Panamá, Jul 2023

SOLER, Ricaurte. *Panamá*: Nación y oligarquia (1925-1975). 4. ed. Panamá: Tareas, 1989.

SOSA, Jose Luis. Presidente da Comissão 20 de dezembro de 1989. Entrevista na Cidade do Panamá, Jul 2025

TERREROS, Sobrevivente de El Chorrillo da invasão estadunidense de 1989. Conversa na Cidade do Panamá, Jul 2023

TORRIJOS, Omar. Ante el Consejo de Seguridad de la ONU en la sesión 1695º reunida en la ciudad de Panamá el 15 de marzo de 1973. *In*: Ford, Guillermo (org.) *Omar en patrullaje*. Por los surcos de la patria. Panamá, 2004, p. 114.

TYROLER, Deborah. U.S. to reopen drug enforcement administration office In Honduras. *NotiCen*, [S. l.], 9 dec. 1987. Disponível em: https://digitalrepository.unm.edu/noticen/1152/. Acesso em: 18 mar. 2025.

UNITED STATES. *Post-invasion Panama*: status of democracy and the civilian casualties controversy. Washington: U.S. GPO, 1991. Disponível em: https://catalog.hathitrust.org/Record/011338327. Acesso em: 23 mar. 2025.

VARGAS, Dalys; ZÁRATE, Manuel. *General Omar Torrijos de Panamá y de la Patria Grande*. Caracas: Trinchera, 2010.

WHITE HOUSE. *Memorandum of telephone conversation*. Whashington, 14 Mar. 1990. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1m_s4lh6ovtBYutf74EAq-9wQj4CTkGKB/view. Acesso em: 20 mar. 2025.

WHITE HOUSE. *Memorandum of telephone conversation*. Washington, 7 Jun. 1989. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1k1G0mVtEk-0u5_TwGUyZWDXLJIlpPfDo/view. Acesso em: 20 mar. 2025.

WOODWARD, Bob. *The commanders*. New York: Simon & Schuster, 1991.

YAO, Julio. Omar Torrijos: otros asesinatos, magnicidios y golpes de Estado. *La Estrella de Panamá*, Panamá, 19 ago. 2019. Disponível em: https://www.laestrella.com.pa/opinion/columnistas/omar-otros-torrijos-asesinatos-magnicidios-EGLE1633. Acesso em: 20 mar. 2025.

Notas

1 Pesquisa realizada com apoio da Fapesp, processo 2023/00987-1.

Submissão: 29/03/2025 | Aceite: 15/06/2026